



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINUTA - MOÇÃO Nº , DE DE OUTUBRO DE 2018

Recomenda a não aprovação da Medida Provisória 844/2018

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis n 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA n o 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando que a MP 844/18 - Medida Provisória de 6 de Julho de 2018, caso aprovada, desestrutura a política de saneamento básico no Brasil uma vez que altera, entre outras, a Lei 9.984 de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas, a Lei 11.445, 2007, que definiu as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil;

Considerando que o instrumento da Medida Provisória, segundo o artigo 62 da Constituição Federal, define que tal instrumento somente deverá ser utilizado “Em caso de relevância e urgência”, e um dos instrumentos propostos na MP só terá validade após 3 anos de sua aprovação, o que descaracteriza tal urgência e relevância;

Considerando que a medida provisória interfere na titularidade municipal em relação a prestação dos serviços de saneamento, quando obriga os municípios a abrirem consulta pública anteriormente a celebração de “Contrato de Programa” para a prestação de serviços de saneamento básico com empresa pública de saneamento;

Considerando que a MP designa a Agência Nacional de Águas (ANA) como formuladora de normas de referência nacionais sobre regulação do saneamento básico no Brasil e que essa possui outras expertises que não de regulação de serviços de saneamento básico sendo que tal situação agride frontalmente princípios básicos da Lei 9433, que enfatiza a atuação colegiada dos segmentos governos, sociedade civil e usuários no processo de tomada de decisão negociada entre esses atores, com vistas a gestão dos recursos hídricos.

Considerando que a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico no Brasil só será possível com o fortalecimento do papel do Estado como indutor dessa política pública que se relaciona diretamente com a saúde pública, com o meio ambiente e com a preservação dos recursos hídricos, bem como com o fortalecimento dos instrumentos de controle social e da implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico– PLANSAB.

Considerando que a MP altera também a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), baseada no seguinte fundamento: Art. 1º Água é um bem de domínio público.

Resolve:

Aprovar moção aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados recomendando a não aprovação da MP 844/2018, bem como que qualquer alteração nas legislações afetas ao marco legal de saneamento e de recursos hídricos seja realizada por Projeto de Lei.

EDSON DUARTE
Presidente do CNRH

JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR
Secretário Executivo do CNRH